



## **COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

### **ATA NÚMERO 64/XIII/ 1.ª SL**

Aos 6 dias do mês de julho de 2016, pelas 10 horas e 25 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2. Apreciação e votação do parecer sobre o Relatório Anual do Provedor de Justiça 2015 - Relatora: Deputada Ana Catarina Mendes (PS);**
- 3. Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 18/XIII/1.ª (GOV) - "Regula o acesso à informação administrativa e a reutilização dos documentos administrativos, incluindo em matéria ambiental, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro de 2003, relativa ao acesso do público às informações sobre ambiente, e a Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro de 2003, alterada pela Diretiva 2013/37/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa à reutilização de informações do setor público";**
- 4. Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 149/XIII/1.ª (PS) - "Regulação das responsabilidades parentais por mútuo acordo junto das Conservatórias do Registo Civil em caso de dissolução de uniões de facto e casos similares";**
- 5. Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 22/XIII/1.ª (GOV) - Proceda à segunda alteração à Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, que cria o cartão de cidadão e rege a sua emissão e utilização, à primeira alteração à Lei n.º 37/2014, de 26 de junho, que estabelece um sistema alternativo e voluntário de autenticação dos cidadãos nos portais e sítios na Internet da Administração Pública denominado Chave Móvel Digital e à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 83/2000, de 11 de maio, que aprova o regime legal da concessão e emissão de passaportes;**
- 6. Nova apreciação na generalidade das seguintes iniciativas legislativas:**
  - . Projeto de Lei n.º 136/XIII/1.ª (PCP) - Segunda alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de junho (Iniciativa Legislativa de Cidadãos);**
  - . Projeto de Lei n.º 167/XIII/1.ª (BE) - Altera a Lei n.º 17/2003, de 4 de junho, que regula a Iniciativa Legislativa de Cidadãos (segunda alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de junho);**
  - . Projeto de Lei n.º 188/XIII/1.ª (CDS-PP) - Altera a Lei n.º 17/2003, de 4 de junho (Iniciativa Legislativa de Cidadãos), simplificando os procedimentos e requisitos nela previstos;**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 64/XIII/ 1.ª SL

- . Projeto de Lei n.º 208/XIII/1.ª (PEV) - Segunda alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de junho, para tornar acessível a Iniciativa Legislativa de Cidadãos;
- . Projeto de Lei n.º 210/XIII/1.ª (PS) - Aprova a 2.ª alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de junho, procedendo à revisão dos requisitos e procedimentos de entrega de iniciativas legislativas de cidadãos;
- . Projeto de Lei n.º 212/XIII/1.ª (PSD) - 2.ª alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de junho, reduzindo em 20% o número de assinaturas necessárias para a apresentação de Iniciativas Legislativas de Cidadãos;
- . Projeto de Lei n.º 213/XIII/1.ª (PSD) - 5.ª alteração à Lei n.º 15-A/98, de 3 de abril (aprova a Lei Orgânica do Regime do Referendo), reduzindo em 20% o número de assinaturas necessárias para a apresentação de Iniciativas Populares de Referendo;
- Projeto de Deliberação n.º 7/XIII/1.ª (CDS-PP) - Propõe a criação de um grupo de trabalho para estudo e implementação de um mecanismo de entrega eletrónica das iniciativas legislativas de cidadãos;
- 7. Distribuição de iniciativas europeias;
- 8. Admissão e distribuição da Petição n.º 112/XIII/1.ª - Solicitam que a Assembleia da República debata o instituto da prisão preventiva e eventual iniciativa legislativa relativa aos prazos da prisão preventiva e à aplicação alternativa da medida de permanência na habitação com recurso a vigilância eletrónica;
- 9. Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;
- 10. Apreciação e votação das atas n.ºs 56 a 63 (correspondentes às reuniões da Comissão de 1 a 29 de junho de 2016);
- 11. Outros assuntos.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

PROPOSTA DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
PPL 26/XIII/1.ª ALRAA	<a href="#">Atribuição de subsídio de insularidade aos elementos das forças e serviços de segurança colocados na Região Autónoma dos Açores</a>	Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)

PROJETOS DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
PJL 274/XIII/1.ª (PCP)	<a href="#">Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março Regulamenta a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei da Organização</a>	Deputado José Silvano (PSD)

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 64/XIII/ 1.ª SL**

	<a href="#">do Sistema Judiciário), e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais</a>	
PJL 277/XIII/1.ª (PCP)	<a href="#">Lei de Segurança Interna</a>	Deputado Fernando Negrão (PSD)

No segundo ponto da ordem do dia, foi adiada, para a reunião da semana seguinte, a pedido da Relatora, Deputada Ana Catarina Mendes (PS), a apreciação e votação do parecer sobre o [Relatório anual do Provedor de Justiça relativo a 2015](#).

No ponto seguinte, e tendo em vista a conclusão consensual do respetivo processo legislativo, foi adiada, para a reunião da semana seguinte, a discussão e votação na especialidade [Proposta de Lei n.º 18/XIII/1.ª \(GOV\)](#) - Regula o acesso à informação administrativa e a reutilização dos documentos administrativos, incluindo em matéria ambiental, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro de 2003, relativa ao acesso do público às informações sobre ambiente, e a Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro de 2003, alterada pela Diretiva 2013/37/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa à reutilização de informações do setor público, com a concordância de todos os grupos parlamentares presentes.

Foram igualmente adiadas, para a reunião da semana seguinte, a discussão e votação na especialidade do [Projeto de Lei n.º 149/XIII/1.ª \(PS\)](#) - Regulação das responsabilidades parentais por mútuo acordo junto das Conservatórias do Registo Civil em caso de dissolução de uniões de facto e casos similares, e da [Proposta de Lei n.º 22/XIII/1.ª \(GOV\)](#) - Proceda à segunda alteração à Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, que cria o cartão de cidadão e rege a sua emissão e utilização, à primeira alteração à Lei n.º 37/2014, de 26 de junho, que estabelece um sistema alternativo e voluntário de autenticação dos cidadãos nos portais e sítios na Internet da Administração Pública denominado Chave Móvel Digital e à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 83/2000, de 11 de maio, que aprova o regime legal da concessão e emissão de passaportes, correspondentes aos pontos 4 e 5 da ordem do dia, com a concordância de todos os grupos parlamentares presentes.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 64/XIII/ 1.ª SL**

Também se procedeu ao adiamento, para a reunião da semana seguinte, da nova apreciação na generalidade de um conjunto de seis iniciativas relativo à lei n.º 17/2003, de 4 de junho (Iniciativa legislativa de cidadãos) - [Projeto de Lei n.º 136/XIII/1.ª \(PCP\)](#), [Projeto de Lei n.º 167/XIII/1.ª \(BE\)](#), [Projeto de Lei n.º 188/XIII/1.ª \(CDS-PP\)](#), [Projeto de Lei n.º 208/XIII/1.ª \(PEV\)](#), [Projeto de Lei n.º 210/XIII/1.ª \(PS\)](#) e [Projeto de Lei n.º 212/XIII/1.ª \(PSD\)](#), bem como do [Projeto de Lei n.º 213/XIII/1.ª \(PSD\)](#) - 5.ª alteração à Lei n.º 15-A/98, de 3 de abril (aprova a Lei Orgânica do Regime do Referendo), reduzindo em 20% o número de assinaturas necessárias para a apresentação de Iniciativas Populares de Referendo, e do [Projeto de Deliberação n.º 7/XIII/1.ª \(CDS-PP\)](#) - Propõe a criação de um grupo de trabalho para estudo e implementação de um mecanismo de entrega eletrónica das iniciativas legislativas de cidadãos.

Em seguida, procedeu-se à distribuição das seguintes iniciativas europeias (pós-nova nova metodologia adotada pela Comissão de Assuntos Europeus):

Título do Documento	Deputado Relator	Data-limite de envio à CAE:
Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO relativo à prestação de ajuda de emergência no âmbito da União - <a href="#">[COM(2016)115]</a> <i>Obs: também distribuída à 2.ª CNECP</i>	Deputado José Manuel Pureza (BE)	
Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho Reformar o Sistema Europeu COMUM DE ASILO E MELHORAR AS VIAS DE ENTRADA LEGAL NA EUROPA <a href="#">[COM(2016)197]</a> . <i>Obs: também distribuída à 2.ª CNECP</i>	Deputado Pedro Delgado Alves (PS)	Prazo Subsidiariedade: 21-09-2016 Pacote Legislativo: COM(2016)197 COM(2016)270 COM(2016)271
Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração, em nome da União Europeia, de um acordo entre os Estados Unidos da América e a União Europeia sobre a proteção dos dados pessoais no âmbito da prevenção, investigação, deteção e repressão de infrações penais - <a href="#">[COM(2016)237]</a> .	Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)	

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 64/XIII/ 1.ª SL**

<p>Proposal for a REGULATION OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL establishing the criteria and mechanisms for determining the Member State responsible for examining an application for international protection lodged in one of the Member States by a third-country national or a stateless person (recast) <a href="#">[COM(2016)270]</a> <i>Obs: também distribuída à 2.ª CNECP</i></p>	<p>Deputado Pedro Delgado Alves (PS)</p>	<p>Prazo Subsidiariedade: 21-09-2016 Pacote Legislativo: COM(2016)197 COM(2016)270 COM(2016)271</p>
<p>Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria a Agência da União Europeia para o Asilo e revoga o Regulamento (UE) n.º 439/2010 <a href="#">[COM (2016) 271]</a> <i>Obs: também distribuída à 2.ª CNECP</i></p>	<p>Deputado Pedro Delgado Alves (PS)</p>	<p>Prazo Subsidiariedade: 21-09-2016 Pacote Legislativo: COM(2016)197 COM(2016)270 COM(2016)271</p>
<p>Proposal for a REGULATION OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL on the establishment of 'Eurodac' for the comparison of fingerprints for the effective application of [Regulation (EU) No 604/2013 establishing the criteria and mechanisms for determining the Member State responsible for examining an application for international protection lodged in one of the Member States by a third-country national or a stateless person] , for identifying an illegally staying third-country national or stateless person and on requests for the comparison with Eurodac data by Member States' law enforcement authorities and Europol for law enforcement purposes. <a href="#">[COM(2016)272]</a> <i>Obs: também distribuída à 2.ª CNECP</i></p>	<p>Deputado Pedro Delgado Alves (PS)</p>	<p>Prazo Subsidiariedade: 21-09-2016 Pacote Legislativo: COM(2016)197 COM(2016)270 COM(2016)271</p>
<p>Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 539/2001 que fixa a lista dos países terceiros cujos nacionais estão sujeitos à obrigação de visto para transporem as fronteiras externas e a lista dos países terceiros cujos nacionais estão isentos dessa obrigação (Kosovo*)<a href="#">[COM (2016)277]</a> <i>Obs: também distribuída à 2.ª CNECP</i></p>	<p>Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP)</p>	
<p>Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 539/2001 que fixa a lista dos países terceiros cujos nacionais estão sujeitos à obrigação de visto para transporem as fronteiras externas e a lista dos países terceiros cujos nacionais estão isentos dessa obrigação (Turquia) - <a href="#">[COM(2016)279]</a>. <i>Obs: também distribuída à 2.ª CNECP e à 3.ª CDN</i></p>	<p>Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP)</p>	
<p>Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa às condições de entrada e de residência de nacionais de países terceiros para efeitos de emprego altamente especializado <a href="#">[COM (2016)378]</a> <i>Obs: também distribuída à 10.ª CTSS</i></p>	<p>Deputado Fernando Negrão (PSD)</p>	



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 64/XIII/ 1.ª SL

No oitavo ponto da ordem do dia, foi admitida a [Petição n.º 112/XIII/1.ª](#) - Solicitam que a Assembleia da República debata o instituto da prisão preventiva e eventual iniciativa legislativa relativa aos prazos da prisão preventiva e à aplicação alternativa da medida de permanência na habitação com recurso a vigilância eletrónica, tendo sido designada relatora a Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS).

Não havendo lugar à apreciação de pareceres da Subcomissão de Ética, o Senhor Presidente colocou à votação as atas n.ºs 56/XIII/1.ª a 63/XIII/1.ª, correspondentes às reuniões de 1 a 29 de junho de 2016, que foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 10 horas e 45 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 6 de julho de 2016

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**(Bacelar de Vasconcelos)**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 64/XIII/ 1.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe  
António Gameiro  
Bacelar de Vasconcelos  
Carlos Abreu Amorim  
Elza Pais  
Fernando Anastácio  
Fernando Negrão  
Filipe Neto Brandão  
Isabel Alves Moreira  
José Manuel Pureza  
José Silvano  
Paulo Rios de Oliveira  
Pedro Delgado Alves  
Sandra Cunha  
Sara Madruga da Costa  
Telmo Correia  
Vânia Dias da Silva  
Jorge Lacão  
Maria Germana Rocha  
Pedro Pimpão

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes  
Andreia Neto  
Hugo Lopes Soares  
José Luís Ferreira  
Luís Marques Guedes

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Peixoto  
Jamila Madeira